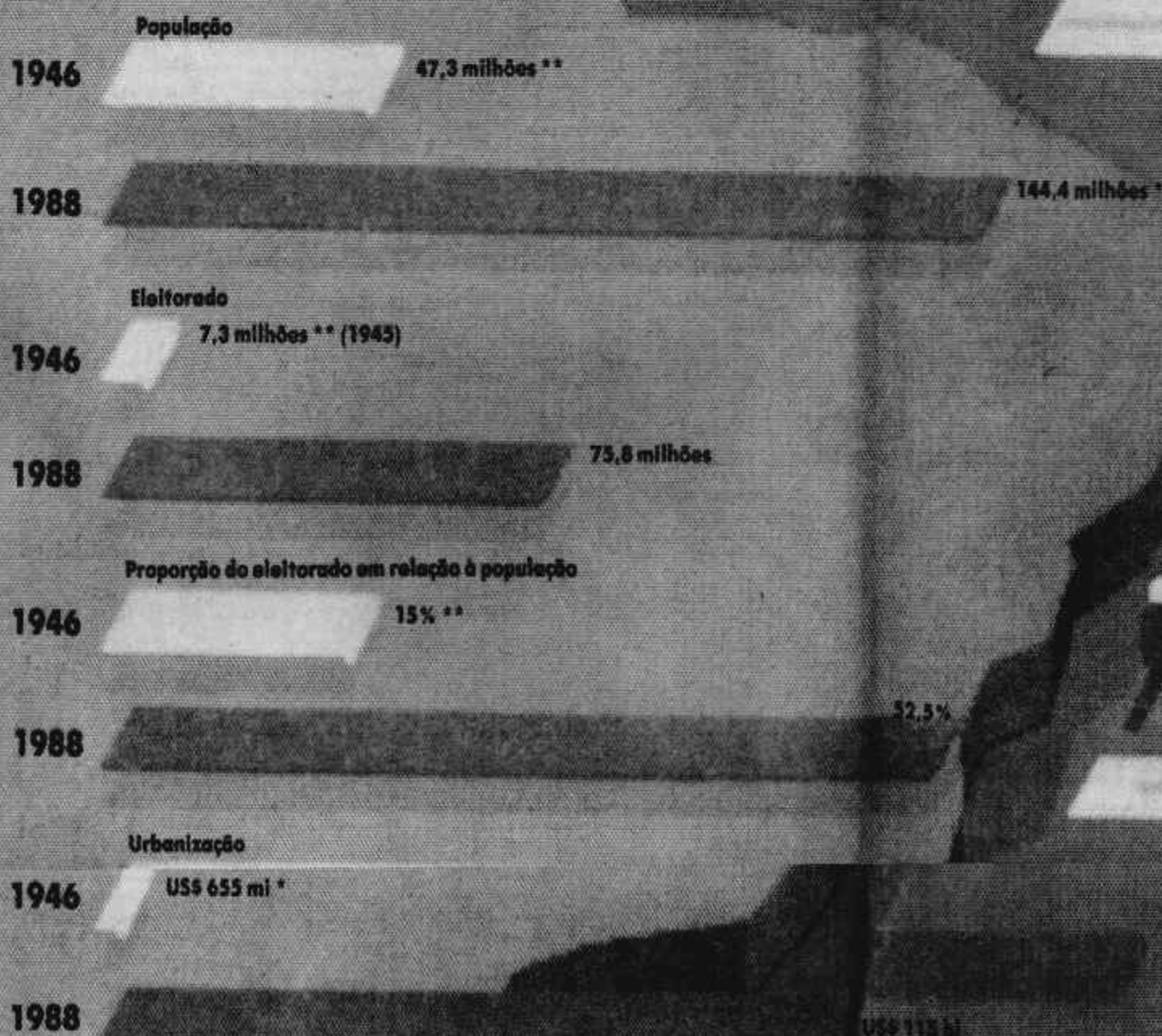


O BRASIL DA NOVA CONSTITUIÇÃO

O BRASIL EM 1946 E EM 1988



DEMOGRAFIA

População total	144,4 milhões	100,0%	(1)
masculina	72,1 milhões	49,9%	(a)
feminina	72,3 milhões	50,1%	(a)
urbana	105 milhões	72,7%	(a)
rural	39,4 milhões	27,3%	(a)

População residente projetada, segundo as faixas de idade (b) ***			
0 a 14 anos	66,3 milhões	46%	
15 a 24	46,3 milhões	32%	
25 a 44	22,9 milhões	16%	
45 a 64	9,0 milhões	6%	
65 e mais	0,8 milhões	0,6%	

INDICADORES SOCIAIS E GERAIS

Eletorado inscrito	75,6 milhões	(3)	
Mortalidade infantil	87,7.000	(8)	(2,c)
Expectativa de vida	64,3 anos	(8)	(2)
Alfabetização	74,4%	(8)	(1,d)
Batidas das Forças Armadas	203.500	(8)	(4)***

ECONOMIA

PIB (taxa de expansão estimada)	+1 a +1,5% (a)
PIB (valores globais estimados)	US\$ 322 a 328 bilhões (a)
Renda "per capita" estimada	US\$ 2.275 a 2.281 (a)
Inflação dos últimos doze meses (IPC)	298,78% (até 09/88) (1)
	564,60% (até 09/88) (3)

Distribuição da renda (R\$) (1,f)

Os 20% mais pobres	2,7%	Os 10% mais ricos	47,2%
Os 25% seguintes	6,0%	Os 5% mais ricos	34,2%
Os 20% seguintes	7,2%	1% mais ricos	14,4%
Os 20% seguintes	17,8%		
Os 20% mais ricos	64,2%		

Observações

Os dados se referem ao ano de 1988, salvo quando indicados entre colchetes o ano do último dado obtido. (a) dados projetados pelo Data/Folha tendo como referência a última proporção disponível do IBGE de 1985. (b) dados projetados pelo Data/Folha ponderados as distribuições etárias estimadas para os anos de 1985 e 1990 pelo IBGE. (c) mortalidade até um ano de idade por mil crianças nascidas vivas. (d) população de 5 anos ou mais. (e) previsto formulado a partir da avaliação do IBGE da produção industrial do segundo trimestre, declinante, e da expectativa de manutenção do ritmo da produção agropecuária, serviços e comércio e também das análises das fundações e institutos de pesquisa não-governamentais e da Sepian. (f) da população economicamente ativa, com rendimentos. *** dados parciais de atualização até a publicação dos indicadores.

Desníveis sociais devem permanecer após a promulgação

Da Redação

Não é nada boa a situação do Brasil quando promulga a sua oitava Constituição. Cerca de 34 milhões de brasileiros — de uma população estimada, em agosto, em 144,4 milhões — fazem parte de famílias que ganham no máximo dois salários mínimos por mês (Cz\$ 37,9 mil em setembro). São pobres ou miseráveis. Os 14 milhões de brasileiros mais ricos possuem quase a metade da riqueza produzida e acumulada no país. Metade da população, cerca de 72 milhões de pessoas, recebem apenas 13% desta riqueza.

Dos brasileiros em condições de trabalhar, quase 15 milhões (25% da população economicamente ativa) ganham no máximo um salário mínimo por mês. Em setembro de 1986, a média salarial dos que trabalhavam era de 3,4 salários mínimos por mês — aproximada-

mente US\$ 200, em valores de setembro.

Este quadro crítico não deve ser modificado a curto prazo, mesmo com a nova Carta. O Produto Interno Bruto, que soma toda a riqueza produzida no país, dificilmente crescerá em 1988, segundo as previsões oficiais e não-oficiais. Já a população deverá crescer 2,16%. Serão mais 3,1 milhões de brasileiros que, ao nascerem, compartilharão uma dívida externa de 115 bilhões de dólares, uma inflação acumulada nos últimos 12 meses de quase 600%, uma renda per capita de 2.300 dólares e uma expectativa de que viverão em média, 67 anos (mulheres) e 62 anos (homens).

Estes são os dados mais reveladores dos desníveis e problemas que persistem às vésperas de o país comemorar o primeiro centenário da proclamação da República. Se-

gundo o último volume, ainda inédito, do estudo "Brasil, reforma ou caos", produzido pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais do professor Hélio Jaguaribe, em nenhum país do mundo são mais aberrantes os contrastes sociais. Pelos critérios do Banco Mundial, a economia brasileira ocupa o oitavo lugar no ranking dos países capitalistas. As bases desta economia são, no entanto, frágeis. O mesmo Banco Mundial informa que o país foi empurrado para o 46º lugar na classificação de renda per capita entre os países capitalistas.

O Produto Interno Bruto cresceu 130% entre 1970 e 1980, e neste mesmo período a renda per capita se elevou em cerca de 80%. O bolo inchou, mas não houve distribuição. Com um agravante: a economia estagnou na década de 80. De 1948 até 1979, a média histórica de

crescimento do PIB foi de 7% ao ano; de 1980 a 1987, esta média caiu para 3,7% ao ano.

É notável a rapidez com que se dá a acumulação da concentração de renda no país. Em 1960, 20% da população economicamente ativa possuía 54,8% da renda nacional. Em 70, no início do "milagre econômico", apenas os 10% mais ricos já detinham quase a metade da renda, 46,7%. E em 80, depois de uma década de crescimento ininterrupto, os mesmos 10% de mais ricos já possuíam 51% da renda.

Os desníveis e contrastes se reproduzem em nível regional. No Nordeste, a expectativa de vida é de 52 anos, próxima a dos países mais pobres da Ásia e da África. No Rio Grande do Sul, este índice sobe para 71 anos e pode ser comparado a de países europeus como Espanha, Itália e Grécia. Outro indicador das

desigualdades regionais é o número de crianças que morrem antes de completar um ano. A média nacional é de 67 mortes em cada mil crianças que nascem vivas — quase o dobro da Venezuela, que é de 37 por mil. No Rio Grande do Sul, o número de mortes cai para 49 por mil. Mas na Paraíba, sobe para 151 por mil — pouco melhor apenas do que as taxas dos oito países mais pobres do mundo, entre os quais a Etiópia (168 por mil).

O país tem, neste momento, um tripé econômico: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nestes três Estados vivem 42% dos brasileiros — cerca de 60 milhões de pessoas — que produzem aproximadamente 60% da riqueza nacional. No campo, onde vivem aproximadamente 40 milhões, 8,7 milhões de assalariados recebem menos do que um salário mínimo e quase 30 milhões de camponeses não

têm terra. Entre 1980 e hoje, mais de 1.300 pessoas foram assassinadas em conflitos de terra.

Os brasileiros viviam, em 86, em 31 milhões de domicílios. Quase 64% destes imóveis eram próprios e neles viviam 67% da população brasileira — o que permite calcular que cerca de 96 milhões de pessoas vivem hoje em suas próprias casas. Dos domicílios pesquisados pelo IBGE, 9,1% são "rústicos", quartos ou cômodos; em 25% deles o lixo era jogado em terreno baldio ou outros locais; 30% não estavam ligados à rede de distribuição de água e quase metade não tinham filtro de água.

Os dados utilizados neste artigo foram sistematizados ou estimados pelo Data/Folha a partir das informações colhidas no IBGE, Banco Mundial e Fundação Getúlio Vargas. As estimativas partem da suposição de um crescimento vegetativo da população brasileira de 2,16% ao ano. Foram também utilizados dados sistematizados pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibasa), ambos do Rio